



APONTAMENTOS SOBRE O NEOLIBERALISMO E SUAS VIOLÊNCIAS

NOTES ON NEOLIBERALISM AND ITS VIOLENCE

Ruhan Rodys Beiler¹

RESUMO

O artigo aborda a implantação do neoliberalismo a partir do entendimento que se trata de um novo momento do modo de produção capitalista no qual a burguesia dos países centrais se organiza para restaurar seu poder de classe e seus ganhos diante da crise dos anos 1970. A partir desse entendimento, aciona pontualmente elementos de violência como essenciais do neoliberalismo (ditaduras, violência policial, racismo e falta de horizonte).

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Crise; Burguesia; Trabalho; Violência.

ABSTRACT

The article approaches the implementation of neoliberalism from the understanding that it is a new moment in the capitalist mode of production in which the bourgeoisie of the central countries organizes itself to restore its class power and gains in the face of the crisis of the 1970s. Based on this understanding, it punctuates elements of violence as essential to neoliberalism (dictatorships, police violence, racism and lack of a horizon).

KEYWORDS: Neoliberalism; Crisis; Bourgeoisie; Labor; Violence.

¹ Professor da rede estadual de educação de Mato Grosso. Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva – IGESC-UFU. ruhanb@live.com

INTRODUÇÃO

Muito se escreveu nas últimas décadas sobre neoliberalismo. Tanto que, por vezes, este parece um fenômeno descolado do sistema do capital e fundador das desigualdades, em outras aparece como mero elemento discursivo que é capaz de se difundir a despeito de uma intenção e uma sustentação material, em outras ainda aparece como mero procedimento técnico da economia vulgar. Nós trataremos de apresentar o que conseguimos entender desse momento do capitalismo que é o neoliberalismo em suas nuances, a partir de alguns autores, ou seja, do que é o neoliberalismo. Também trataremos, mais sucintamente, do que ele não é.

Defendemos, a partir de Harvey (2011) e Duménil e Lévy (2004), que o acionamento da teoria neoliberal produzida desde o início do século XX se deu no contexto de crise capitalista que se agudizou nos anos de 1970 nos países centrais do capitalismo, num movimento das burguesias para restaurar seu poder de classe. Essa resposta da burguesia em função do decaimento das taxas de lucro recaiu sobre o trabalho de maneira geral, sobre os ativos públicos e, na relação entre países, significou mais submissão dos países periféricos e dependentes aos países centrais, sobretudo ao imperialismo estadunidense sob o julgo das finanças. A articulação de tais elementos deu-se e dá-se por meios violentos: ditaduras, violência policial, expedientes jurídicos para “blindar” a democracia burguesa e seus defensores, do racismo, até a promoção da violência de si contra si e contra os seus pela pregação diuturna de que “não há alternativa”, o que revela uma violência que consegue alcançar extensa e profundamente os espíritos.

Nesse sentido, o que fazemos são apontamentos sobre a constituição do neoliberalismo e seus fundamentos, indicando, sem aprofundar em cada uma delas, algumas das formas de violência que são essenciais desse momento do sistema capitalista.

DESENVOLVIMENTO

Com o desenrolar da crise estrutural a partir do final dos anos 1960, que da mesma forma que outra crise qualquer no capitalismo, “representou uma superprodução de capital e a redução da taxa de lucro, que nada mais é do que a consequência do valor-capital ter sido produzido em excesso” (Carcanholo, 2018, p.

24-25) o capital viu-se mais uma vez impelido a dar resposta do à sua própria crise. Essa resposta moldou o capitalismo contemporâneo e teve como componentes fundamentais o seguinte:

- i. reestruturação produtiva que, dentre outras coisas, promoveu a redução dos tempos de rotação do capital e, portanto, elevou a taxa anual ou periódica de mais-valia, conseqüentemente a taxa anual ou periódica de lucro. (MARX, 1988, vol. III, seção II);
- ii. reformas estruturais nos mercados de trabalho que implicaram o aumento da taxa de mais-valia, tanto nos países centrais da acumulação mundial de capital quanto nos países periféricos;
- iii. aumento da parcela do valor produzido pelo capitalismo periférico para a apropriação/acumulação nos países centrais, seja por mecanismos ligados à concorrência dentro e entre setores produtores de mercadorias, ou ainda por modalidades de remessa de recursos como serviço da dívida externa e transferência de lucros e dividendos, em função do investimento direto estrangeiro;
- iv. expansão dos mercados, dada a intensificação dos processos de abertura comercial e liberalização financeira;
- v. mudança da lógica de apropriação/acumulação do capital, segundo as determinações dadas pelo que Marx denominou de capital fictício (Carcanholo, 2018, p. 25).

Esse processo de resposta a um problema concreto limite da burguesia se ancorou ideologicamente no neoliberalismo desde então. Todo o processo de restauração de poder de classe que se deu a partir da crise até os dias de hoje não só se fundamentaram no neoliberalismo, mas fizeram dele um instrumento de dominação contemporâneo associando dominação econômica, produção e disseminação ideológica e aumento significativo das respostas militarizadas contra os revoltosos, descontentes e marginalizados em geral. Fundamentalmente, esse processo se expressa a partir da exacerbação da violência sob todas as formas contra as classes populares.

O neoliberalismo não é nem a redução do Estado a um mínimo - vide o protecionismo nos países centrais e os gastos militares sobretudo nos EUA e seu keynesianismo militar -, nem tão somente uma ideologia pró-mercado, tampouco um dogma econômico ortodoxo - já que tem a capacidade de mesclar políticas e ideias de várias correntes econômicas e usá-las convenientemente de acordo com o contexto (Carcanholo, 2017). Mas constitui-se na forma engendrada pela burguesia para “restaurar o poder de classe” (Harvey, 2011), após a queda da taxa de lucro no período das grandes guerras e das políticas keynesianas (Duménil; Lévy, 2004), que se traduz concreta e resumidamente em atacar qualquer estabilidade ou organização do pelo lado do trabalho, retirar a ação do Estado onde há interesse privado e conferir ao capital financeiro a dominância da economia e das decisões dos Estados, tudo isso por

meio do Estado. Assim, suas principais características práticas em termos de política econômica são a desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro e a privatização (seja ela em sua forma mais direta ao vender estatais ou na transferência de serviços públicos ao setor privado); ao passo que, socialmente, são desmantelados serviços essenciais nos quais a iniciativa privada tem interesse, programas sociais no âmbito do Estado, bem como agravamento e naturalização de expedientes autoritários (via sistema de justiça e/ou polícia) em defesa da propriedade privada e dos interesses da classe que dirige o Estado capitalista.

Historicamente, recorrer ao autoritarismo e à ditadura foram formas de atingir tais objetivos. Portanto, por meio da política forçou-se “a restauração da renda e do patrimônio das frações superiores das classes dominantes” (Duménil; Lévy, 2004, p. 17) sempre a partir de alguma forma de violência associado a algum grau de autoritarismo contra a classe trabalhadora.

Como lembram Duménil e Lévy (2004, p. 11), “Violência através da economia, da guerra e da subversão golpista está ainda na ordem do dia. Em nada altera sua natureza, ser ela justificada como uma cruzada pela democracia ou contra o terrorismo”. Quer dizer, em um momento em que o capitalismo atinge todo o globo e atua de maneira interconectada, os Estados colonialistas exercem permanentemente o poder imperialista e renovando a condição de dependência dos países da periferia, contando, para isso, com o apoio das burguesias locais ou de frações destacadas desta, de movimentos de extrema direita e de militares abertamente entreguistas. Marx e Engels no Manifesto Comunista já promoviam essa denúncia, ao indicar que o capitalismo, ao se tornar mundial, também se torna mais violento, visto que sua organização precisa conter qualquer mudança que tenha afetado a subtração da taxa de lucro em uma rede complexa. Deste modo, a violência dos países colonizadores impõe uma estrutura de comando que alterna a qualquer momento as formas de poder e de governo (os exemplos são os mais diversos, mais adiante citaremos alguns na América Latina); assim, ditaduras e democracias burguesas são postas, depostas e modificadas sempre que há indício de risco ao mercado, quer dizer, ao manutenção da exploração da esfera produtiva, mas sobretudo hoje, das finanças (em suas variadas formas). Esse arranjo descomprometido com algum regime político em especial, mas sim com o dito “bom funcionamento do mercado”, é a estratégia por excelência da neoliberalização do mundo.

Quando falamos, portanto, de uma lógica neoliberal, estamos falando, em geral, de *um conjunto articulado de políticas privatistas e de corrosão dos direitos trabalhistas e proteção social como um todo visando o aumento da taxa de lucro sob a hegemonia do capital financeiro, ancorado numa fixação idealista do poder regulador do mercado para todas as instâncias da vida humana*. Estas políticas só fazem algum sentido quando associadas ao pensamento conservador e autoritário que as informa ao mesmo tempo em que atua como ideologia no seio da sociedade para pressionar o Estado em favor do mercado e para individualizar todas as lutas dos trabalhadores, que tende a aprofundar a desigualdade social aumentando a concentração das riquezas. No caso específico do Brasil, esse aumento da concentração de riqueza que se dá internamente caminha, *pari passu*, com a intensificação da subordinação da economia brasileira à potência imperialista.

A crise de acumulação dos anos 1970, a estagflação e o desemprego certamente não poderia ser interpretado como uma questão sistêmica pela burguesia, então foram eleitos dois culpados: o trabalho (que em situação de pleno emprego e organizado em sindicatos chantageava o patronato a conceder aumentos e direitos além da sua produtividade) e o Estado (que pressionado pelos movimentos sociais, em troca de votos, cedia cada vez mais aos anseios populares). Esse arranjo devia a adoção do keynesianismo. Mais especificamente o pleno emprego e as políticas de proteção social incomodavam o patronato. Não tardou para que dessas análises se chegasse ao diagnóstico de que, no fundo, o problema estava na democracia liberal e no pretense poder que conferia às massas organizadas.

Harvey (2011) demonstra que o pacto keynesiano simbolizado por concessões do capital ao trabalho - destacadamente em maior distribuição da riqueza produzida no âmbito dos países centrais -, era frágil, pois dependente de taxas de crescimento constantes. Trocando em miúdos, uma porção menor de um bolo que só crescia era aceitável. Bastou que o crescimento entrasse em colapso nos anos 1970 para a burguesia decidir rasgar o pacto keynesiano e passar a atacar incisivamente o trabalho, para dele extrair aquilo que perdera. A implantação do neoliberalismo, sempre variando muito no tempo e no espaço e às vezes mesmo colocando prática e teoria em franca contradição, serviu como um “projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2011, p. 27).

Convém lembrar que as experiências de Estado de bem-estar estiveram circunscritas a Europa Ocidental e aos EUA entre 1930 e 1970 e que isso trouxe ganhos para a classe trabalhadora na forma de direitos e proteção social; ao passo que na América Latina este tipo de arranjo jamais esteve vigente, o que estabeleceu por essas paragens naquele período foi o Estado desenvolvimentista, que, apesar de favorecer a industrialização substitutiva das importações não incidiu numa melhora significativa da vida da classe trabalhadora como no naqueles países, muito menos possibilitou aos países da região a superação da condição de dependência. A adoção do neoliberalismo encerrou esse ciclo desenvolvimentista na América Latina e colocou em marcha um agressivo processo de desindustrialização e desnacionalização rearranjando as relações imperialistas (Galvão, 2008).

Como bem documenta Chamayou, no caso dos EUA, a burguesia estadunidense pensou que era necessário produzir desemprego, mas que o aumento dirigido da taxa de desemprego só traria os efeitos esperados, nomeadamente vulnerabilidade, subserviência e entrega desmedida ao trabalho, se as políticas de proteção social fossem drasticamente reduzidas². Isso porque, os ideólogos neoliberais viam que a penalidade que impunham ao trabalhador inconsequente, o desemprego, não era visto como um grande problema pelos trabalhadores pelo fato de gozarem de seguros-desemprego, por exemplo. A forma como articularam isso de maneira pública, no entanto, foi por via do discurso do mérito: “Os pobres devem trabalhar duro e devem trabalhar mais duro do que as classes acima deles [...], mas os pobres de hoje se recusam a trabalhar duro”. Ora, “se os pobres optam pelo ócio, não é por fraqueza moral, mas porque são pagos para isso” (Gilder, 1981, p. 69 apud Chamayou, 2020, p. 55). Entregar toda a gente à sua própria sorte, ou seja, deixar que a vulnerabilidade e a fome cumpram seu papel, era a nova receita tomada do século XVIII³.

Em síntese, a estratégia dos neoliberais para controle não tem nada de nova, mas remete ideologicamente a posições dos séculos XVIII e XIX, ou seja, submeter aqueles que dependem apenas de sua força de trabalho para sobreviver à

² Em setembro de 2023, Tim Gurner, bilionário australiano do ramo imobiliário, sugeriu que o desemprego seria a forma de fazer com que os trabalhadores deixassem de ser “arrogantes”: “Nós precisamos ver dor na economia. [...] Nós precisamos ver o desemprego subir - o desemprego tem que saltar de 40% para 50% na minha visão. [...] Nós precisamos lembrar as pessoas que elas trabalham para um empregador, não ao contrário” (Estadão, 2023, n. p.).

³ Lembremos as críticas de Townsend às medidas de assistência aos necessitados em 1786, “dá muito trabalho, exige violência em demasia e faz barulho exagerado; a fome, ao contrário, não somente é uma pressão pacífica, silenciosa e incessante, como, sendo a motivação mais natural do trabalho e da indústria, produz também os esforços mais poderosos” (Townsend, 1971, p. 23 apud Chamayou, 2020, p. 55-56).

vulnerabilidade para que se curvem aos ditames dos que os empregam, sem que haja socorro do Estado. A disciplina vem de fora da empresa, das condições concretas dadas no seio da sociedade. Aos que vivem do seu trabalho, a norma imposta é a *concorrência*. Bem entendido, essa é uma condição reservada convenientemente “apenas para as massas. Competição e risco são para pequenos negócios e pessoas pequenas como empregados do setor privado ou público” (Blacker, 2013 apud Fisher, 2020, p. 145). Essa “dimensão estratégica e conflituosa do neoliberalismo”, uma constante em todos os neoliberais, trará “consequências sobre o conjunto da sociedade” (Dardot et al., 2021, p. 38) e, por conseguinte, sobre a escola.

De fato, o desemprego foi afetado pelas políticas de corte neoliberal assim como a desigualdade, nos países que compõem a OCDE a taxa média de desemprego duplicou na década de 1980, ao passo que na mesma década naquele conjunto de países a tributação dos salários mais altos caiu 20% em média “e os valores das bolsas aumentaram quatro vezes mais rapidamente do que os salários” (Anderson, 1996, p. 15).

Foi recorrendo à métodos antigos que os neoliberais emplacaram, de forma dissimulada, sua maneira de ver o mundo e sua receita para impedir a iminente derrocada da grande empresa. Malgrado Polanyi já ter afirmado, na década de 1940, que não passava de invenção a conspiração antiliberal, a retórica não deixou de ser utilizada pela burguesia para defender seus interesses. De tempos em tempos, é claro, o léxico passa por reciclagem. O tom de alarme, no entanto, permanece. Dessa forma, no início da década de 1970, começa a ganhar corpo uma organização contra o trabalho, quem sintetizou as ideias foi Lewis Powell em 1971 em sua nota confidencial ao vice-presidente da Câmara de Comércio dos Estados Unidos intitulada “Ataque à livre-iniciativa”. Nela, Powell vocifera: “Nenhuma pessoa atenta pode questionar que o sistema econômico americano está sob amplo ataque [...] Nós não estamos lidando com ataques esporádicos ou isolados de relativamente poucos extremistas ou mesmo de um grupo minoritário de socialistas. Ao contrário, o violento ataque sobre o sistema empresarial está amplamente baseado e é perseguido consistentemente, ganhando impulso e convertidos” (Powell, 2016, p. 363). No mesmo ano, David Rockefeller declara que “não é muito exagerado dizer que a atividade empresarial americana enfrenta hoje a mais grave rejeição pública desde os anos 1930. Somos acusados de deteriorar a condição dos trabalhadores, enganar os consumidores, destruir o meio ambiente e lesar as jovens gerações” (Chamayou, 2020, p. 131). Deve-se, segundo

Powell, encarar como uma guerra pelo homem de negócios esse “ataque violento sobre o sistema empresarial”, pois nesse momento, trata-se de uma questão de sobrevivência, “sobrevivência do que nós chamamos de sistema de livre empresa e tudo o que isso significa para a força e a prosperidade da América e a liberdade de nossa gente” (Powell, 2016, p. 367). O que Powell chama de “sistema de livre empresa e tudo o que isso significa” é o que reformadores do liberalismo como Mises e Hayek chamam de sociedade ou civilização ocidental.

“A restauração do poder a uma elite econômica ou classe alta nos Estados Unidos e em outros países capitalistas avançados apoiou-se pesadamente em mais-valia extraída do resto do mundo por meio de fluxos internacionais e práticas de ajuste estrutural” (Harvey, 2011, p. 38), ou seja, atrelando a dívida dos países periféricos e seu reescalonamento à implementação de políticas neoliberais, essencialmente privatização, enfraquecimento da proteção ao trabalho e investimentos sociais como um todo. Esse projeto teve apoio popular por guardar vínculos muito estreitos com os “valores ocidentais” assentados nas liberdades individuais, mas outros também ao entendimento estadunidense do cristianismo e da “tradição”, que, quase sempre, mal escondem os preconceitos que querem encobrir.

Na verdade, a crise estava relacionada, essencialmente à diminuição da taxa de lucro, pelo lado do capital, mas também havia o descontentamento com a simplificação e monotonia do processo de trabalho, pelo lado do trabalho, mas foi travestida de ataque generalizado ao modelo empresarial. Mesmo aos neoliberais, ao menos aos não tão delirantes, continuar apostando as fichas na ameaça socialista vinda do Leste não parecia frutífero, era necessário que ao criar o monstro do “ataque às instituições empresariais” se encontrassem culpados. O grupo eleito como inimigo era, nada mais nada menos, que os perigosos professores universitários⁴ de ciências sociais com

⁴ Esse tipo de estratégia ainda é atual. Ao mesmo tempo, com o exemplo recente a seguir, é possível ilustrar o caráter limitado da democracia burguesa e a velha história do professor ou intelectual mal-intencionado como alguém capaz doutrinar jovens cabeças para fins obscuros. Em maio de 2024 estudantes em várias universidades dos EUA foram reprimidos ao protestar contra os ataques do sionismo contra civis palestinos em Gaza. No dia 5 de maio, o Departamento de Polícia de Nova York retirou a força os manifestantes da Universidade de Columbia, chamou a atenção do público que assistia pela TV o espetáculo, no entanto, a fala do vice-comissário do Departamento de Polícia, Kaz Daughtry, afirmando que os alunos não estavam agindo sozinhos, mas instruídos a “como ser um agitador profissional, como ser um manifestante profissional” por alguma organização desconhecida, esses alunos “estavam preparados” termina o policial com semblante sério. Tudo isso, pois ele encontrou em sua incursão o livro *Terrorism: A Very Short Introduction* do historiador britânico Charles Townshend, nas palavras do policial “Um livro sobre terrorismo!” (Marcetic, 2024, n. p.).

inclinação à esquerda e os “intelectuais” em geral que se colocava contra os valores da “sociedade ocidental” (Chamayou, 2020).

Ao desdobrar esses argumentos de acobertamento da dominação de classe mais acentuada, uma retomada do ganho de capital à patamares anteriores ao período das Grandes Guerras (Duménil; Lévy, 2004), a burguesia e seus intelectuais conservadores tinham chegado a bom termo em meados dos anos 1970, na Comissão Trilateral: era a democracia quem estava em crise! Isso porque os Estados se viam pressionados a corresponder a uma sociedade que acreditava ter muitos direitos e dava importância demasiada a uma pretensa igualdade, e, sob tal pressão, expandiam seu raio de ação mais e mais. Esse ciclo sem fim estimulado pelas políticas keynesianas deveria ser rompido (Chamayou, 2020). Apesar das bravatas contra os “intelectuais”, estava claro que seus ataques seriam contra o trabalho, os sindicatos e o movimento operário como um todo com vistas a produzir mais vulnerabilidade. Além disso, a partir da análise neoliberal, o *laissez-faire* liberalismo clássico foi um erro, que deveria ser corrigido por uma reforma dos Estados colocando estes mais diretamente em favor dos interesses privados.

A ideia central pode ser resumida da seguinte forma: o candidato à eleição apresenta um programa ou propostas para angariar votos e tomar a frente do aparelho governamental, para tanto, se utiliza de estratégias que preveem, de uma forma ou de outra, aumento da participação do Estado (o que, para os teóricos dessa corrente sem dúvida trazia mais votos do que propostas de austeridade), mais gastos, portanto, e de alguma forma precisa fazer isso uma vez eleito. Esse processo estaria sempre em marcha e os próprios partidos e candidatos seriam reféns dele, uma vez que, para não perder votos, acabavam por aceitar as pressões sociais no sentido de maior participação social e econômica do Estado. A democracia que não conhecia limites institucionais levava a isso: um Estado hipertrofiado, como o de bem-estar social (Chamayou, 2020), um “Estado total” (Dardot et al., 2021), de acordo com os neoliberais. A crise, para os conservadores, não tinha suas raízes na economia capitalista, mas na democracia.

O mercado seria o regulador ideal de todas as relações sociais, pois nele se equilibram todas as intenções particulares, e o Estado deveria atuar no sentido de limpar o terreno para que a mão invisível pudesse agir, estava nisso a base da ideologia neoliberal. Era necessário um Estado forte neoliberal, ou seja, autoritário com sindicatos e movimentos de trabalhadores em geral, capaz de cortar tanto quanto fosse

possível os gastos e ao mesmo tempo dócil e generoso com as empresas. Deixando o mercado atuar se retoma níveis mais elevados de desigualdade e, portanto, mais acumulação no topo. Seria isso que traria novo fôlego às economias centrais “então às voltas com um estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, às quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado” (Anderson, 1996, p. 11). Foi exatamente esse o resultado da neoliberalização. Em números:

Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 a quase 500 para 1 por volta de 2000 (Harvey, 2011, p. 26).

Hayek já havia afirmado que a democracia devia se submeter sempre à primazia do livre mercado e que o caráter “ilimitado” daquela conduziria ao “Estado totalitário”, mas eis que na década de 1970 a democracia liberal e o sistema de mercado chegaram a ser diagnosticados como incompatíveis, sob a denominação de crise de governabilidade. A democracia se mostrava ingovernável⁵. A saída então para tirar as amarras do mercado era um Estado forte, no sentido de autoritário, sentido positivo na visão burguesa. Nas palavras de Chamayou (2020, p. 324), “um Estado forte, que combina alinhamento autoritário da vida política, dirigismo tecnocrático da economia e subsunção neocorporativista do social”. Um Estado forte politicamente, sobretudo por via militar, e limitado pelo mercado economicamente. “A destruição da liberdade política é sempre lamentável, segundo Friedman, mas é evidente que não pode ser comparada à perda muito mais grave da liberdade econômica do capital”, afirma Gamble (1979, p. 10, tradução nossa) ao resumir o contorcionismo teórico e o cinismo neoliberal. A solução da ingovernabilidade da democracia de massas foi a submissão mais efetiva do Estado capitalista às normas de mercado via autoritarismo, com menor

⁵ Lembra-nos Chamayou que “a própria história do termo ‘ingovernável’ poderia ter nos deixado com a pulga atrás da orelha. Antes de ser reintroduzida em teoria política, essa palavra pertencia ao vocabulário policial, designando, em particular no contexto do ‘policimento das crianças’, ‘má conduta não criminal’. Qualificar um menor de ‘ingovernável’ permitia à administração, na própria ausência de infração ou delito, pela simples justificativa de desvios de conduta repetidos, submetê-lo a medidas de coerção ou de reeducação. Quando as classes dirigentes reclamam da ingovernabilidade de seus sujeitos, reciclando em política uma categoria que serve, aliás, para justificar a submissão de uma pirralhada incorrigível à tutela policial, cabe esperar que elas recorram a procedimentos similares” (Chamayou, 2020, p. 323).

ou maior grau de violência contra os trabalhadores ou qualquer outro sujeito identificado como inimigo da ordem, mas sempre se ancorando no direito burguês. As circunstâncias históricas, grosso modo queda de taxa de lucros por décadas, situação de pleno emprego e organização sindical levaram, como de costume, “a burguesia a deixar completamente de lado a máscara do Estado de direito e revelar a essência do poder como violência organizada de uma classe sobre a outra” (Pachukanis, 2017, p. 182 apud Catini, 2018, p. 45).

Na perspectiva dos neoliberais, o Estado é central para estimular incessantemente a concorrência, tomando esta inclusive como princípio de organização social. Apontando os limites do *laissez-faire*, Hayek afirma que: “[O] liberalismo quer que se faça o melhor uso possível das forças da concorrência como meio de coordenar os esforços humanos; ele não quer que deixemos as coisas no estado em que estão” (Hayek, 1944, p. 40-41 apud Dardot et al., 2021, p. 142). Dessa maneira, os renovadores do liberalismo assumem com muita clareza, como afirma Rüstow, que a economia de mercado está baseada “em condições institucionais absolutamente precisas, criadas e mantidas voluntariamente pelos homens e que ela só pode funcionar sem atrito e com eficácia se um Estado forte e independente garantir a observação exata dessas condições” (Audier, 2012, p. 415 apud Dardot et al., 2021, p. 297). Isso significa que, a partir do momento em que o Estado passa a atuar a partir de princípios neoliberais, que entra em processo de neoliberalização, “passa a ser o principal agente de políticas redistributivas, revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas, presente na era do liberalismo embutido. Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social” (Harvey, 2011, p. 176).

Aqui é possível que possa se aventar uma contradição insolvível com o liberalismo, no qual aparentemente a liberdade em sentido mais amplo é defendida, mas basta lembrarmos colonialismo, do racismo, da escravidão, enfim da violência mais torpe sob a égide liberal para que a contradição aparente se dissipe. Aliás, Marx e Engels (2010, p. 42) haviam já atestado que, ao conquistar o poder, a burguesia “Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca; substituiu as numerosas liberdades, conquistadas duramente, por uma única liberdade sem escrúpulos: a do comércio”. Dessa maneira, continuam os autores, no lugar da “exploração dissimulada por ilusões religiosas e políticas, a burguesia colocou uma exploração aberta, direta, despidorada

e brutal”. O que a implementação do neoliberalismo fez foi suprimir os avanços sociais do keynesianismo, ou seja, apertar o cerco contra os trabalhadores em função do lucro.

Para os neoliberais de todas as correntes, o problema central das sociedades democráticas residia, como já dissemos, em seu caráter “ilimitado”, ou seja, em estar suscetível à organização das massas que, por maioria, pudessem reivindicar a ação do Estado em seu favor, seja com políticas de segurança social ou com políticas econômicas de caráter redistributivo, o que seria “politizar a economia” (e, portanto, “antinatural”, na visão destes). A sociedade de massas era “ingovernável”, portanto, na expressão usada por Lippmann, por não se submeter inteiramente ao “mercado”. A partir de uma concepção elitista, a estratégia dos neoliberais a partir de tal constatação, é agir contra as massas, mas as incluindo nesse movimento, ou seja, “voltar as massas contra elas mesmas” (Dardot et al., 2021, p. 87). Concepção e estratégia são expressidas por Mises:

É fato que as massas não pensam. Mas é precisamente por essa razão que seguem os que pensam. A direção espiritual da humanidade pertence ao pequeno número de homens que pensam por si mesmos; esses homens exercem sua ação primeiro sobre o círculo capaz de acolher e compreender o pensamento elaborado por outros; por esse caminho, as ideias se espalham pelas massas, nas quais se condensam pouco a pouco para formar a opinião pública da época (Mises, 1938, p. 510 apud Dardot; Laval, 2016, 149).

Limitar a democracia seria a saída, já que a “democracia ilimitada” levaria ao totalitarismo, de acordo com Hayek (apud Chamayou, 2020). Para Hayek, nos casos de democracia liberal, a saída para salvar a democracia dela mesma estaria em impor limites a ação do Estado sobre a economia. O instrumento que lhe serviria rédea seria inscrito na constituição. Dessa forma, as eleições poderiam acontecer tranquilamente, pois uma regra superior aos governos sê-lhe imporia, de modo que tudo permaneceria como antes, mesmo que as cores das camisas dos candidatos eleitos mudassem. “O velho e predileto tema do liberalismo era retomado por um neoliberalismo econômico, passando a manobrar no terreno do *jus politicum*. Destronar a política pela sacralização constitucional da economia. Paradoxo de uma destituição constitucional ou de uma constitucionalização destituente” (Chamayou, 2020, p. 352). A regulação do poder do Estado se dá, *mais descaradamente como de costume* e com aceitação pública, pelo capital e pelo direito burguês. Destituindo, assim, o voto do pouco poder que já tinha no âmbito das reformas dentro dos limites da democracia burguesa. Hayek consegue exprimir muito bem a ideia:

O verdadeiro valor da democracia é constituir uma precaução sanitária contra o abuso do poder. Ela nos fornece o meio para descartar uma equipe de

governantes e tentar encontrar outra melhor. [...] Mas não é esse, de longe, o valor político mais alto de todos, porque uma democracia sem limites poderia ser pior que governos limitados não democráticos (Hayek, 2013, p. 848 apud Dardot et al., 2021, p. 76).

De acordo com Dardot et al. (2021, p. 116), “a originalidade do neoliberalismo é inscrever a Constituição na ordem da economia via mediação do direito, sem necessariamente pressupor sua incorporação a uma Constituição política estatal”, ou seja, seu esforço - que é constante -, é para que a justiça burguesa ao mesmo tempo garanta o primado do direito privado sobre todos os outros e puna aqueles julgados inconformes. Essa constitucionalização das regras econômicas pode se dar de diversas formas, o importante é que limite ao máximo o poder do governante e do povo no que tange à economia tendo como parâmetro o direito privado. Isso quer dizer que ela pode ocorrer com a promulgação de uma nova constituição, como no Chile de Allende; por acordos entre países, como caso do Tratado de Lisboa na União Europeia; ou, como se convencionou no Brasil, por Emendas Constitucionais. Todas estas estratégias que, na prática, promovem a “elevação das regras do direito privado (inclusive comercial e penal) ao nível das leis constitucionais”, quer sejam formalizadas em uma Constituição política ou não, Dardot et al. (2021, p. 117) chamam *constitucionalismo de mercado*. É nesse sentido que Hayek afirma que “A limitação eficaz do poder é o mais importante dos problemas da ordem social” (Hayek, 2013, p. 832 apud Dardot et al., 2021, p. 97).

Além do limite a ação do Estado formalizado juridicamente na constituição, outro elemento limitante foi paulatinamente se tornando mais decisivo: o financiamento privado de partidos e candidatos. Esse, aliás, selava acordo ainda mais direto entre governante e as políticas econômicas conservadoras. Tinha-se, assim, se reformulado, para os novos tempos, normas e acordos em benefício do capital. Estas, apareciam como impedimento ao avanço de fantasmas: o Estado total, o totalitarismo, o socialismo. “O mercado não era mais somente aquilo sobre o que a política não devia avançar, mas também aquilo a que ela devia se subordinar a partir de então. O mercado passava” continua Chamayou (2020, p. 359) “do ponto de vista da política governamental, do status de objeto-limite ao de sujeito limitador de sua ação”. Tal era a receita da prática neoliberal.

Também está presente na formulação e na atitude dos neoliberais quanto à condução da economia e da política, como já apontamos acima, citando Mises, a arrogância e claro elitismo que estão baseados em elementos muitas vezes vinculados

à certo darwinismo social, a isso se somam seu asco e medo de tudo aquilo que é popular, sobre isso Rougier é também bastante explícito:

A arte de governar implica uma sabedoria, uma técnica e uma nobreza. Implica o conhecimento do passado, a preocupação com o futuro, o sentido de possibilidade, o conhecimento dos meios próprios a realizá-los, o sentimento das responsabilidades e o cuidado das competências. A arte de governar é, por consequência, eminentemente aristocrática e só pode ser exercida pelas elites. Ora, a massa entregue a ela mesma é em tudo o contrário. Ela não tem o sentido das possibilidades, já que possui uma mentalidade mágica: acredita que apenas a traição ou a má vontade dos dirigentes os impede de realizar os milagres que ela exige deles. A massa é ignorante e presunçosa: ela se acredita onipotente, desconfia das capacidades técnicas, da *intelligentsia* e, de bom grado, faz sua a terrível palavra do tribunal revolucionário pedindo a cabeça de Lavoisier: “A República não precisa de sábios”. (Rougier, 1938, p. 11 apud Dardot et al., 2021, p. 85).

É perceptível, pois, que a doutrina neoliberal é, como um todo, evolucionista “cujo ponto de chegada é a civilização ocidental”. Bem entendido, a civilização ocidental para os renovadores do liberalismo é caracterizada pela moral tradicional, pela defesa incontestada da propriedade privada e da primazia do mercado. Sem dúvida, é um corpo doutrinário conservador, além de autoritário como vimos até aqui, embora a aparência possa nos indicar coisa distinta. É nesse sentido que qualquer mudança no acervo moral, quadro sociológico, regras de mercado ou no Estado de direito devem ser tarefas feitas com muita cautela (Dardot et al., 2021, p. 177). Seguindo com os autores, temos que “Tal lógica opõe evolução civilizada e regressão bárbara”, de modo que ao definir-se define o seu oposto, assim, “justificando o uso de meios coercivos contra aqueles que inventam práticas culturais em ruptura com a tradição”. Bem entendido que, segundo o evolucionismo neoliberal vinculado diretamente a concepções colonialistas, “toda forma de coletivismo e de igualitarismo é uma regressão a uma forma de sociedade bárbara e tribal” (Dardot et al., 2021, p. 177). Arthur Shenfield, destacado neoliberal e presidente da Sociedade de Mont Pelerin entre 1972 e 1974, chegou a dizer, nesse sentido, que “*É o anticolonialismo, e não o colonialismo, que é agressivo; e o problema é o anticolonialismo*” (Shenfield, 1957, p. 1 apud Solchany, 2015, parágrafo 12, grifo nosso, tradução nossa). Justificada está, uma vez mais, a violência imperialista.

A experiência neoliberal começa no Chile, embora muitos prefiram omitir essa parte da história, sob a ditadura de Pinochet que golpeou o governo legítimo de Allende naquele fatídico 11 de setembro de 1973. Davam apoio intelectual e político os Chicago Boys, sobretudo na figura de Hayek, Buchanan e Mises; o apoio material vinha de

Nixon⁶. Lembremos, a ditadura chilena esteve articulada no contexto da Operação Condor com outras ditaduras na América Latina todas sob o direcionamento imperialista dos Estados Unidos.

Voltando à atuação dos Chicago Boys na ditadura chilena, Hayek que aconselhou o ditador e chegou mesmo a mandar um “modelo de constituição” justificando o regime de exceção, assim como tinha feito à Salazar em Portugal e James Buchanan passou uma semana dando conferências à dignatários da junta militar chilena a fim de instruí-los na escrita da nova constituição. Pelo que vimos até aqui, fica claro que defesa de ditaduras não contrapõe o pensamento dos novos liberais, mas faz parte de ser relatório, a liberdade que defendem é, tão somente, *a liberdade de comprar e vender mercadorias*, como afirmaria Hayek em entrevista em 1981 em visita ao Chile:

eu diria que, como instituição de longo prazo, sou totalmente contra as ditaduras. Mas uma ditadura pode ser um sistema necessário durante um período de transição. Às vezes é necessário para um país ter, durante certo tempo, uma forma de poder ditatorial. Como a senhora deve compreender, é possível para um ditador governar de maneira liberal. E é igualmente possível que uma democracia governe com total falta de liberalismo. Pessoalmente, eu prefiro um ditador liberal a um governo democrático sem liberalismo (Chamayou, 2020, p. 327).

Dardot e Laval (2016), Dardot e outros (2021) e Chamayou (2020) lembram que esse pensamento autoritário não é de ocasião, mas está no cerne do pensamento de Hayek, assim como de parte significativa dos neoliberais. A fim de aclarar tal ponto, não é demais recorrer a Mises, segundo o qual a “sociedade ocidental” tem uma dívida com o fascismo: “Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras,” diz ele, “estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização europeia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história” (Mises, 2010, p. 77)⁷.

⁶ Como sabemos hoje, os esforços ianques para a desestabilização do governo de Allende não foram pequenos, com esse objetivo no governo Nixon “Mais de oito milhões de dólares foram gastos, em três anos, a fim de financiar veículos de imprensa (notadamente El Mercurio) e influenciar a opinião pública, partidos de oposição (entre os quais, particularmente, a Democracia Cristã, para que recusasse qualquer comprometimento com Allende) e, em menor medida, organizações corporativas do setor privado, hostis à Unidade Popular. Isso sem contar a pressão econômica contra o Chile, os contatos estabelecidos com militares golpistas e o apoio logístico da CIA: essa ‘obscuridade secreta’ da história recente deve fazer parte de toda reflexão sobre o fim da ‘via chilena’” (Gaudichaud, 2020, p. 303 apud Dardot et al., 2021, p. 50).

⁷ Mises vai além ao fornecer uma explicação antropológica do motivo dos bolcheviques terem se livrado do liberalismo ao passo que as experiências fascistas não: “A constatação de que ainda não puderam desvencilhar-se de modo tão cabal como os bolcheviques, russos, de qualquer consideração por noções

Assim se desenvolveu a ditadura chilena, a partir de 1975 com a nomeação de Sergio Castro ao Ministério da Fazenda é iniciada a ofensiva neoliberal ao estilo dos Chicago Boys no Chile. Seguem-se a destruição da indústria, o desemprego, a queda dos salários; assim como a priorização das finanças sobre a produção, a desregulação do comércio e das finanças; por fim de 1978 a 1982 o regime introduz normas para fragilizar o trabalho e cristalizar a primazia do capital, como o *Plan Laboral*, que restringiu o direito sindical e o fragmentou ao âmbito das empresas, as privatizações em todos os setores, e, em 1980, a nova Constituição cuja função era a de “operar como uma trava jurídica, tornando impossível, por antecipação, qualquer mudança de orientação nas políticas governamentais” (Dardot et al., 2021, p. 54). Ou seja, como bem pontuava Jaime Guzmán⁸, senador de extrema direita que esteve à frente da formulação da nova Carta:

[...] para lograr la antedicha estabilidad es menester que las alternativas que compiten por el poder no sean sustancialmente diferentes [...] que el enraizamiento social de los beneficios de la propiedad privada y la iniciativa económica particular, en cuanto piezas claves que son de una sociedad libre, sea de tal modo extendido y vigoroso que todo intento efectivo por atentar en su contra esté destinado a estrellarse contra un muro muy difícil de franquear [...] en vez de gobernar para hacer, en mayor o menor medida, lo que los adversarios quieren, resulta preferible contribuir a crear una realidad que reclame de todo el que gobierne una sujeción a las exigencias propias de ésta. Es decir, que si llegan a gobernar los adversarios, se vean constreñidos a seguir una acción no tan distinta a la que uno mismo anhelaría, porque [...] el margen de alternativas que la cancha imponga de hecho a quienes juegan en ella sea lo suficientemente reducido para hacer extremadamente difícil lo contrario (Guzmán, 1979, 18-19, grifo nosso).

Guzmán segue a cartilha de Hayek, está claro. Seu cinismo em defender tais ideias não deixa de impressionar, de qualquer forma: o fato de que, na Constituição de 1980, 9 senadores seriam designados por autoridades do Estado ao invés do voto popular e 26, sim, pelo sufrágio universal, foi defendido por ele como argumento de que, último

e ideias liberais e por tradicionais preceitos éticos, deve ser atribuída, tão somente, ao fato de que os *fascistas atuam em países nos quais a herança intelectual e moral de milhares de anos de civilização não pode ser destruída num piscar de olhos e não entre povos bárbaros de ambos os lados dos Urais, cuja relação com a civilização nunca foi mais do que a de habitantes predadores da floresta e do deserto, acostumados a se envolverem, de tempos em tempos, em pilhagem de terras civilizadas, na caça à sua presa* (Mises, 2010, p. 74, grifo meu).

⁸ Guzmán deixou seu legado a partir do modelo de organização preferido pelos neoliberais para propagar sua ideologia e influenciar decisões públicas, destacadamente interferir na educação pública: o terceiro setor. Hoje há uma Fundação que leva seu nome no Chile cujo principal objetivo é formar servidores públicos a partir de uma visão de conservadora e neoliberal inspirada nas ideias de Jaime Guzmán, criando inclusive um *Bachillerato en Servicio Público*. A Fundação também se ocupa da educação básica em seus textos afirma, em sua página oficial, ser sua missão “Formar jóvenes bajo una inspiración cristiana de la sociedad fundada en la finalidad trascendente del ser humano, para transformar Chile según los principios de una sociedad libre, justa y responsable”.

método (o voto popular), “*não esgota a vontade mais profunda e permanente da nação*” (Dardot et al., 2021, p. 56, grifo nosso).

Por fim, em 1989 foi conferida autonomia ao Banco Central chileno e, com isso, o isolamento da influência do Ministério da Fazenda o que, junto com a lado da Constituição, protegia sobremaneira o capital das intenções dos governantes. Com isso, a trama neoliberal enredava pelo direito e pelas finanças de um lado e por grupos de extrema-direita e militares em quem não se pode confiar por outro, os governos dentro da democracia burguesa que viriam após Pinochet, os Chicago Boys e toda a investida imperialista dos EUA que hoje estão bem documentadas. Compreendemos, desta forma, que esse todo complexo está articulado em função da defesa do capital no centro do sistema capitalista sob a hegemonia do capital financeiro, apenas *momentaneamente*, se utiliza da estratégia neoliberal para lograr esse objetivo.

A experiência de implantação e reinado triunfante do neoliberalismo sob as botas dos militares no Chile, serviu mais do que um simples trabalho de campo para os meninos de Chicago (pago pela alta burguesia estadunidenses e com a vida de 4000 de chilenos de todas as idades), serviu como duro lembrete da burguesia às massas: o neoliberalismo será de um jeito ou de outro, se não for à moda de Reagan e Thatcher, sob a democracia liberal e sua violência cínica, será à moda de Pinochet, sob a ditadura aberta.

Esse elemento, o autoritarismo em seu estado mais perverso, a ditadura, não é um desvio de rota do neoliberalismo, mas é sua parte essencial. O neoliberalismo se afirma mesmo pelo acirramento da violência concreta que é meio para uma apropriação mais elevada da riqueza socialmente produzida. Claro está, porém, que o *grau* violência e autoritarismo do Estado será diferente em cada formação social e período histórico concreto, já que tudo aquilo que constitui uma determinada formação social influencia a forma que o neoliberalismo vai tomar para se adaptar à esta realidade. O que é fundamental para o sucesso da implantação das políticas neoliberais, no entanto, é que o “braço coercivo do Estado” seja frequentemente “fortalecido para proteger interesses corporativos e, se necessário, reprimir a dissensão” (Harvey, 2011, p. 87).

Para nos referirmos aos resultados do neoliberalismo na sociedade nos utilizamos, assim como parte dos autores por nós citados, de expressões como: reforça, acirra, eleva, recrudescer etc. Isso porque, é preciso que se diga, o neoliberalismo não funda a exploração, a desigualdade, a violência de classe. Essas são características são

intrínsecas ao capitalismo, a totalidade na qual se inscrevem todas as totalizações inclusive o neoliberalismo, que é, como afirmamos, um conjunto concatenado de ações da burguesia (políticas, econômicas, ideológicas) para reestabelecer seus ganhos em patamares mais elevados sob a égide do capital financeiro. Continua sendo o sistema do capital a fonte das determinações estruturais da exploração do homem pelo homem.

A guinada neoliberal a partir dos anos 1970 e sobretudo 1980 está vinculada a processos também globais como o imperialismo e a financeirização. O primeiro dá forma política contemporânea aos elementos econômicos dos últimos, ao mesmo tempo em que, por meio da política, impõe rotinas econômicas em função destes. Em outras palavras, o neoliberalismo aprofunda as desigualdades de classe próprias do capitalismo como um todo e, na relação entre países, reforça a submissão e a dependência aos países centrais, mas sobretudo ao poder dos EUA, por meio das finanças, predominantemente. De forma mais ou menos aberta, os elaboradores e defensores da corrente de Chicago, sobre a qual se embasou o neoliberalismo que se pôs em prática a partir das experiências de Reagan e Thatcher, “buscam legitimar versões extremas do livre-mercado no capitalismo, e eles tendem a promover, de forma mais ou menos aberta ou direta, os interesses geopolíticos dos EUA” (Saad Filho, 2015, p. 60). Assim,

A dominação imperialista sobre o resto do mundo beneficiou formidavelmente as transformações neoliberais; o estágio neoliberal do imperialismo se mostrou particularmente frutífero para as classes e países dominantes ao drenar enorme renda do resto do mundo; e, em contrapartida, o projeto que encarna o neoliberalismo, ou seja, o do estabelecimento do poder e da renda das classes proprietárias dos meios de produção, terminou reforçado (Duménil; Lévy, 2004, p. 12).

Se o neoliberalismo é entendido a partir desses nexos, e não somente como aplicação de políticas de austeridade numa formação social, fica claro que não basta reformar tais políticas, dar um passo atrás para o horizonte neoliberal de desvaneça. A própria posição na relação com outros países está implicada. No caso brasileiro a inserção subordinada na divisão internacional do trabalho própria da condição de dependência e periférica foram reforçadas na fase neoliberal. No caso dos países latino-americanos, o que a adoção do neoliberalismo faz é aprofundar a vulnerabilidade externa dessas economias, e sua condição de dependência, portanto. Isso quer dizer que, em função do neoliberalismo, maiores porções de valor produzidos nesses países são apropriadas pelos países centrais (Carcanholo, 2017).

No Brasil, com a adoção de políticas de corte neoliberal, e sobretudo com a instituição do tripé macroeconômico (metas de superávit fiscal, metas de inflação e

câmbio flutuante) nos anos 1990 associada a taxas de juros atrativas (Souza, 2018), inclusive ao capital especulativo, houve uma reorganização capitalista em torno dos interesses do capital financeiro congregando “todas as frações do grande capital local e estratos superiores das classes médias, assim como entidades dos trabalhadores como fundos de pensão” (Souza, 2018, p. 5). O atrelamento de toda espécie de ganho às finanças acaba por reforçar a *mentalidade dependentista* da burguesia doméstica tornando ainda mais difíceis conjunturas nas quais haja adesão desta a projetos nacionais de desenvolvimento (Souza, 2018).

A adoção do neoliberalismo em escala global é a forma na qual o capitalismo contemporâneo concretizou sua reconstrução desde crise de final dos anos 1960 e início dos anos 1970 (Carcanholo, 2017). Dessa maneira, parece haver consenso na literatura marxista de que o neoliberalismo representa uma vitória acachapante da burguesia sobre a classe trabalhadora no período recente da história (Carcanholo, 2017; Galvão, 2008; Saad Filho, 2015; Duménil; Lévy, 2004; Anderson, 1996), “por possibilitar a retomada do poder dos proprietários, mediante a recuperação de altas rendas para o capital e os altos gestores” (Galvão, 2008, p. 153). Sob a dominância do capital financeiro o neoliberalismo atua num moto-contínuo sobre a desregulamentação da exploração do trabalho, do meio natural e do próprio mercado, *reforçando*, assim, as relações capitalistas (a desigualdade e a dominação entre as classes).

Nas economias neoliberais transnacionalmente integradas, as finanças controlam a alocação de recursos, incluindo o volume e a composição do produto e do investimento, a estrutura da demanda, o nível e a estrutura do emprego, o financiamento do Estado, a taxa de câmbio e o padrão de especialização internacional, e elas reestruturam o capital, o trabalho, a sociedade e o Estado em conformidade com sua posição dominante e seus interesses específicos. Como tal, *as finanças tornaram-se o modo de existência do capital em geral no capitalismo neoliberal*. A sua proeminência expressa a subsunção real dos capitais individuais pelo (interesse do) capital como um todo, que se expressa e – ao mesmo tempo – se impõe através do funcionamento regular das instituições financeiras e dos mercados e regulamentações anexos a elas (Saad Filho, 2015, p. 66).

Como se pode ver, para que o neoliberalismo se estabeleça e floresça numa dada formação social, é necessário que o Estado atue como vetor de sua imposição (Duménil; Lévy, 2004), essa intervenção era fundamental na visão dos renovadores do liberalismo, como vimos. Concretamente tal atuação é dirigida a impor a hegemonia da finança globalizada ao todo social (Saad Filho, 2015) até que se incruste e se imponha nas atitudes e relações mais banais do cotidiano (Harvey, 2011), a privatização de tudo que interessar à agentes do mercado (seja via venda mesmo da

estrutura, seja via concepção ou parceria), desnacionalização. Nos casos das economias dependentes/colonizadas, como é a nossa, Carcanholo (2017), indica que a implementação desse receituário resultou em desindustrialização e reprimarização das economias.

Todo esse movimento político visando o ganho econômico da burguesia, teve também uma construção ideológica importante, na conclusão precisa de Harvey, repetimos, constitui-se com “projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas” (Harvey, 2011, p. 27). Não é o motivo de ser do neoliberalismo, ou seja, o neoliberalismo não é um fenômeno discursivo, mas faz parte do todo como sustentação ideológica mesmo. Justamente porque a forma de reprodução social assumida pelo capitalismo contemporâneo toma a forma neoliberal, e nesta estão englobadas “as formas atualmente normativas de produção e emprego, das trocas internacionais, do Estado, da ideologia e do modo de reprodução da classe trabalhadora (Saad Filho, 2015, p. 67).

No que tange aos aspectos centrais da ideologia neoliberal, o autor supracitado sintetiza da seguinte forma

o neoliberalismo redefiniu a relação entre a economia, o Estado, a sociedade e os indivíduos, incentivando os últimos a dar a suas vidas uma forma empreendedora e subordinando o intercâmbio social a critérios econômicos. A ideologia da autorresponsabilidade tem sido especialmente importante, ao privar os cidadãos de suas capacidades coletivas, eviscerar a cultura das classes trabalhadoras, colocar o mérito do sucesso e o peso do fracasso sobre os indivíduos isolados, e sugerir que a solução de todos os problemas sociais requer uma nova rodada de individualização e financeirização do intercuro social (Saad Filho, 2015, p. 67).

Essa atomização da vida social, a individualização das relações e dos resultados dados pela conjuntura e mesmo estruturais, foi uma construção muito bem articulada do ideário neoliberal. No contexto dos EUA significou desarticular sindicatos e movimentos ambientalistas já na década de 1960 e 1970, a partir da *responsabilização* do sujeito individual ao invés do coletivo, estabelecendo assim um nexos que só poderia interessar a quem produz esse tipo de narrativa.

Já durante a década de 1960, em resposta aos movimentos ambientalistas, coloca-se em prática o procedimento de responsabilização dos indivíduos pela poluição. A partir daí a prática foi aplicada tanto quanto possível em outras áreas da vida social: responsabiliza-se a pessoa física para livrar de qualquer responsabilidade a pessoa jurídica. Na educação a prática se tornou tão fecunda quanto é carente de materialidade: remete os problemas da escola aos que trabalham na escola, sobretudo

os professores, ao passo que aqueles que atravancam, limitam e mesmo se locupletam privadamente do trabalho da escola, os “experts” – em geral, distantes teórica e fisicamente da escola –, diz-se que foge ao seu controle a incapacidade dos primeiros.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que recorre à autonomia subjetiva, ao governo de si mesmo, a responsabilização aparece como governo dos outros “fundamentada na ativação, neles, de uma faculdade reflexiva de direção de si mesmo – uma autonomia na heteronomia”. Moralmente, a vantagem está com quem postula, pois sem põe fora dos limites normativos: “Responsabilizar os outros para melhor se desresponsabilizar” (Chamayou, 2020, p. 299). Ou seja, o discurso da responsabilização, cindiu a prática política coletiva da esfera privada da vida. A primeira nada podia fazer, era ilegítima, tendia ao totalitarismo, ao Estado forte negativo; ao passo que a segunda, legítima, podia, no cômputo total das pequenas e isoladas ações, trazer benefícios a toda a sociedade. A liberdade dos liberais é tão somente a de mercado, lembremos. De tal maneira que,

Foi o discurso da responsabilização promovido pela indústria que dissociou e opôs as duas dimensões, promovendo uma microrreforma dos comportamentos individuais como alternativa à ação política. Foi ele que propagou a falsa antinomia entre micro e macrotransformação; foi ele que opôs à exigência – a partir de então apresentada como estratosférica, utopicamente estéril – de uma “transformação do sistema”, a pretensa autossuficiência de uma reforma das práticas individuais que deveria mudar as coisas de modo puramente incremental, sem ação coletiva nem conflito (Chamayou, 2020, p. 301).

Recorremos a uma citação Mark Fisher para exemplificar o sucesso responsabilização individual por tudo. A partir de texto de Campbell Jones, Mark Fisher nos mostra como o discurso neoliberal é vazio – no que se refere ao conteúdo e à lógica – e, ao mesmo tempo, como consegue na prática, a partir da ideologia, impor-se. Sua efetivação se dá ao ocultar os motivos estruturais de situações sociais, assim como os seus agentes, distribuindo socialmente, mas sempre na figura do indivíduo, a responsabilidade e os custos de tais ações.

Supõe-se que todos devem reciclar; ninguém, seja qual for a sua persuasão política, deve resistir à esta determinação. A demanda para que reciclemos é, de fato, colocada como um imperativo pré-ideológico ou pós-ideológico: em outras palavras, precisamente no espaço no qual a ideologia sempre atua. Mas o sujeito que deveria reciclar, argumentou Jones, pressupõe a estrutura que não recicla: ao fazer da reciclagem uma responsabilidade de “todos” a estrutura terceiriza sua responsabilidade para os consumidores, recuando para a invisibilidade (Fisher, 2020, p. 112).

Além de ocultar a estrutura e os agentes, a efetivação desse tipo de discurso neoliberal, que se impõe quase implacavelmente, parece indicar que estamos presos em sua forma

de uma maneira que, em muitos casos, não somos capazes de fazer sequer mínimas articulações para fora da lógica por aquele imposta.

A verdade é que seja na coerção mais abjeta como no caso das ditaduras apoiadas pelos neoliberais mas também nas democracias burguesas nas quais o aparato militar se reforçou contra seu próprio povo, seja na construção ativa do consentimento que impulsionou o neoliberalismo no Reino Unido e nos EUA e hoje é reforçado mundo afora diuturnamente, a sensação de que, como afirmou Thatcher, “não há alternativa”, parece prevalecer, ainda que não dita. É o realismo capitalista de que fala Fisher (2020), essa incapacidade de imaginar um mundo outro a partir de outros valores, que parece tomar a quase todos como se isso fosse normal, inclusive aos jovens.

Foi no sentido de organizar a sociedade em torno de tal individualismo, que a carta de Powell no começo da década de 1970 reuniu os esforços da burguesia estadunidense em torno de uma ofensiva ideológica de caráter neoliberal a fim de compor um corpo teórico para “combater os acadêmicos” que viam como ameaças à empresa americana. É claro que isso foi o pretexto utilizado para organizar a classe e foi o que aconteceu. Não por acaso surgem no período novos *think thanks* especialmente nos EUA, o Fórum Mundial de Davos em 1971 e a Comissão Trilateral em 1973, assim como os neoliberais na direção de estabelecer “filtros filosóficos” nos investimentos em universidades já estabelecidas e paralelamente investir na criação de núcleos de disseminação do pensamento neoliberal formulados por uma comunidade de intelectuais recrutados nas universidades e muito bem alinhados aos interesses empresariais⁹. Tal estratégia está fundada na compreensão dos neoliberais de que o estabelecimento e manutenção do mercado não pode se dar senão “pela difusão de certas atitudes morais gradualmente elaboradas que, ao se difundirem, receberam a adesão da maior parte dos habitantes do mundo ocidental” (Hayek, 2013, p. 901 apud Dardot et al., 2021, p. 172). Talvez por isso Edsall (1985 apud Harvey, 2011, p. 64) tenha afirmado que “durante a década de 1970, o braço político do setor corporativo norte-

⁹ Tal estratégia burguesa deu resultado rapidamente: “por volta de 1990 a maioria dos departamentos de economia das grandes universidades acadêmicas [instituições que fazem pesquisa] e das escolas de negócios foi dominada por modos neoliberais de pensamento, um fato cuja importância não se pode subestimar. As universidades acadêmicas dos Estados Unidos foram e são campos de treinamento para muitos estrangeiros que levam aquilo que aprenderam para seus países de origem — por exemplo, as principais figuras da adaptação chilena e mexicana ao neoliberalismo eram economistas treinados nos Estados Unidos —, assim como para instituições internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a ONU” (Harvey, 2011, p. 64).

americano promoveu uma das mais bem elaboradas campanhas de busca de poder na história recente”.

Estes autores haviam compreendido de uma vez por todas que a mão invisível de Smith, de que falavam tanto, não era uma determinação natural (embora isso seja usado enquanto elemento discursivo) e, portanto, a crença na regulação do mercado e de seus “sinais” como indicadores de rumos para a vida de cada um dos indivíduos e tudo que decorre dessa prerrogativa precisava ser reforçada a todo tempo das maneiras mais eficientes possíveis, para usar um jargão neoliberal. Além de uma construção ideológica – que só fazia sentido na esteira das mudanças econômicas implementadas –, pela política a burguesia passava a querer incidir mais diretamente sobre o todo social a fim de garantir as taxas de lucros em patamares elevados, certo exército de reserva e vulnerabilidade social.

Criticamente, Chamayou (2020, p. 114), afirma que

Esse universo – apresentado como automático, nomotético, impessoal – não só é ativamente construído, como, mais ainda, requer, na medida em que é inevitável contestá-lo por seus efeitos, ser incansavelmente reimposto por estratégias conscientes. Decerto o capital governa, mas ele não poderia continuar a fazê-lo por muito tempo se não se ativasse constantemente, com combatividade e determinação, para confirmar sua dominação. Sem isso, ele não se manteria por muito tempo. O “governo dos mercados” é tudo, menos uma ordem autossuficiente. Esse cosmos se mantém apenas graças aos demiurgos, que, bem ou mal, o remendam e o defendem, com unhas e dentes, diante dos novos inimigos que ele faz a cada dia.

O avanço neoliberal sobre a educação, por exemplo, tem como característica entre outras, exatamente esse direcionamento ideológico para o discurso único, que ganha novo léxico e ar de modernidade sob o neoliberalismo, mas é, lembramos, defesa pura e simples do capitalismo como sistema natural e, portanto, aquilo que entendem por ser a “sociedade ocidental” como única possibilidade, no máximo, a única possibilidade “civilizada”. Vale lembrar, aos novos liberais como Mises, tudo que destoa do imperativo do capital, o valor maior da sociedade ocidental, tem a ver com a prática de povos “bárbaros”, “primitivos”, como aqueles de “ambos os lados dos Urais, cuja relação com a civilização nunca foi mais do que a de habitantes predadores da floresta e do deserto, acostumados a se envolverem, de tempos em tempos, em pilhagem de terras civilizadas, na caça à sua presa” (Mises, 2010, p. 74).

Portanto, embora a neoliberalização, ou seja, a implantação das ideias neoliberais nos diferentes países, tenha sido, naquilo que publicamente afirmam almejar (o crescimento econômico e o bem-estar da população), um fracasso, este processo levou, quase sempre, à redução e controle inflacionário e, sobretudo, à maior

concentração de riqueza e à ampliação do poder das frações burguesas destacadas em cada formação social. Isso bastou para que o neoliberalismo fosse tomado como estrondoso sucesso. Com o controle midiático e com vultuosos aportes a departamentos universitários, a burguesia afeita ao neoliberalismo pôde sedimentar no senso comum suas concepções que são repetidas de maneira automática: o fracasso econômico de algum Estado dá-se por não ser competitivo, ou seja, por não implantar profundamente as medidas neoliberais; a desigualdade crescente faz parte do jogo e estimula o risco e a inovação empreendedora; se entre os trabalhadores definha a qualidade de vida é porque estes fracassaram enquanto indivíduos, “em geral por razões pessoais e culturais, na tarefa de aprimorar seu capital humano (por meio da dedicação à educação, da aquisição de uma ética de trabalho protestante, da submissão à disciplina do trabalho, da flexibilidade [...])” (Harvey, 2011, p. 169). Repõe-se assim o darwinismo social, mas com mudanças lexicais que simulam ares de novidade.

David Rockefeller é quem vocalizou a necessidade de pôr em prática a estratégia neoliberal, *anti-laissez-faire*, de tomar as rédeas de forma mais aberta e minuciosa do aparelho de Estado e fazer este se curvar ainda mais à classe detentora do capital, tal qual teorizavam renovadores do neoliberalismo das várias correntes desde a década de 1920 e 1930. O herdeiro-banqueiro dizia assim:

Os homens de negócios não têm outra escolha a não ser se tornarem, eles mesmos, reformadores, esforçarem-se para adaptar conscientemente o funcionamento do sistema de mercado a nosso ambiente social, político e tecnológico em transformação. A questão se resume a isto: os dirigentes corporativos vão tomar a iniciativa de operar as mudanças necessárias e assumir voluntariamente novas responsabilidades ou vão esperar que elas lhes sejam impostas pela lei? (Rockefeller 1971, p. 47 apud Chamayou, 2020, p. 141).

A intromissão privada na esfera pública passa a ser cada vez mais aberta, influenciando mais diretamente políticas econômicas e a própria forma de pensar e agir do Estado e, também por ele, da sociedade como um todo. De tal maneira, que o que é elaborado (conceitos, ideias) em relação à empresa, à gerência, à “governança” ou ao próprio trabalho nesse período por grupos de acadêmicos financiados e coordenados pela burguesia dos países centrais sob a liderança dos EUA, irá reverberar por todo o globo e será transposto, no mais das vezes de forma irrefletida, para outras dimensões da vida.

Assim como concretizou seu projeto de ofensiva burguesa em termos materiais, no campo das ideias também houve vitória desse projeto, pois, progressivamente uma monopolização do discurso e da dinâmica reformadora pela ideologia neoliberal se

estabeleceu. A naturalização dos processos históricos e a redução do horizonte do possível sedimentados em resignação são implicações desse processo no cotidiano e representam o que Fisher (2020, p. 10) chama de *realismo capitalista*, que é “o sentimento disseminado de que o capitalismo é o único sistema político e econômico viável, sendo impossível imaginar uma alternativa à ele”. Ao lembrar da Greve dos Mineiros de 1984 a 1985, da repressão violenta do governo Thatcher frente àquele, até então, forte sindicato, e do amargor e impotência com que aquela monumental derrota dos mineiros foi sentida pelos trabalhadores ingleses, Mark Fisher afirma que com os governos neoliberais dos anos 1980 o “realismo capitalista se estabeleceu, com muita luta, e criou raízes. Foi a época em que a doutrina de Margaret Thatcher de que ‘não há alternativa’ - um slogan tão sucinto para o realismo capitalista quanto se poderia querer — se transformou em uma profecia autorrealizável brutal” (Fisher, 2020, p. 17). A partir daí, as sucessivas derrotas aliadas à desarticulação da organização da classe trabalhadora levaram à resignação em maior ou menor grau segundo o país. De qualquer maneira, o que Fisher diz sobre os jovens estudantes ingleses não deixa de parecer bastante comum em todo o mundo tomado pelo capitalismo em sua forma neoliberal: “Eles sabem que as coisas vão mal, mas mais do que isso, ‘sabem’ que não podem fazer nada a respeito. No entanto, este ‘conhecimento’, esta reflexão, não é uma observação passiva de um estado das coisas já existente” (Fisher, 2020, p. 43).

CONCLUSÃO

A restauração de poder de classe pela burguesia como uma resposta a queda da taxa de lucro na economia mundial explodida nos anos 1970 acionou o ferramental econômico e ideológico que conhecemos como neoliberalismo. Esse pensamento, desenvolvido sem alarde, mas com convicção por meio século, passou a ditar não só as relações econômicas nessa fase do capitalismo, mas atingiu toda a sociabilidade. Foi fundamentalmente atacando o trabalho (seus direitos e organizações) e privatizando os ativos públicos que a burguesia realizou com sucesso essa ofensiva, articulando a isso a promoção da financeirização da economia. Esse avanço sob o julgo das finanças submeteu ainda mais os países periféricos ao poder imperialista.

Todo esse avanço bem-sucedido da burguesia se deu, como não poderia deixar de ser dada a natureza do pensamento neoliberal, com uso de violência em todos os sentidos. Ditaduras como as que tomaram a América Latina, aumento do aparato

repressivo interfronteiras (com abordagem frequentemente racista) para combater populações marginalizadas, destruição *sistemática* de organizações sindicais e movimentos populares legítimos, espoliação dos ativos públicos, desmantelamento das políticas de segurança social e produção reiterada de um discurso único e naturalizante do mundo são formas dessa violência extremada pelo neoliberalismo.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Remo Moreira Brito. *No profit left behind: os efeitos da economia política global sobre a educação básica pública*. 2017. 326 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. *Dependencia, super-explotación del rabajo y crisis: una interpretación desde Marx*. Madrid: Ediciones Maia, 2017.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. A Crise do capitalismo dependente brasileiro. In: MACÁRIO, Epitácio. et al (org.). *Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018. cap. 1, p. 23-55.
- CATINI, Carolina. Empreendedorismo, privatização e o trabalho sujo da educação. *Revista USP*, São Paulo, n. 127, p. 53–68, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p53-68.
- CHAMAYOU, Grégoire. *A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo autoritário*. Trad. Letícia Mei. São Paulo: Ubu Editora, 2020.
- COWEN, Joshua. *How School Voucher Programs Hurt Students*. Time, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://time.com/6272666/school-voucher-programs-hurt-students/>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- DARDOT, Pierre et al. *A escolha da guerra civil: uma outra história do neoliberalismo*. Trad. Márcia Pereira Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.
- DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. O imperialismo na era neoliberal. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.18, p. 11-36, 2004.
- ESTADÃO. *CEO diz que desemprego deve subir para que empresas tenham mais poder sobre funcionário*. 13 set. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/ceo-desemprego-subir-empresas-tenham-poder-funcionario-nprei/>. Acesso em: 15 abr. 2024.
- FISHER, Mark. *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* Trad. Rodrigo Gonsalves, Jorge Adeodato e Maikel da Silveira. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.
- GALVÃO, Andréia. O neoliberalismo na perspectiva marxista. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Unesp, n. 27, p. 149-156, 2008.
- GAMBLE, Andrew. The Free Economy and the Strong State, *Socialist Register*, v. 16, p. 1-25, 1979.
- GUZMÁN, Jaime. El camino político. *Realidad*, Santiago, ano 1, n. 7, p. 13–23, 1979.
- GONZALEZ, Jeferson Anibal. *Das máquinas de ensinar aos objetos virtuais de aprendizagem: tecnicismo e neotecnicismo na educação brasileira*. 2022. 193 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.
- HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

- HILLMAN, Velislava. EdTech in schools – a threat to data privacy? *Media@LSE Blog*. 27 maio 2021. Disponível em: <https://blogs.lse.ac.uk/medialse/2021/05/27/edtech-in-schools-a-threat-to-data-privacy/> Acesso em: 16 ago. 2024.
- RAVITCH, Diane. *Vida e morte do grande sistema escolar americano*: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- LAVAL, Christian. *A escola não é uma empresa*: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Trad. Álvaro Pina e Ivana Jinkings. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARCETIC, Branko. Columbia Student Terrorists? NYPD Must Think We're Pretty Dumb. *Jacobin*, 6 maio 2024. Disponível em: <https://jacobin.com/2024/05/columbia-protest-nypd-terrorism-palestine> Acesso em: 6 de maio 2024.
- MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – 2019-2030*. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/planejamento/pagina/planejamento-e-orcamento/plano-mineiro-de-desenvolvimento-integrado-pmdi/plano-mineiro-de> Acesso em: 7 maio 2024.
- MONBIOT, George. O programa secreto do capitalismo totalitário. *Outras Palavras*, 25 jul. 2017. Disponível em: <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/o-programa-secreto-do-capitalismo-totalitario/> Acesso em 8 maio 2024.
- MOTA, Beatriz. Vouchers vão gerar um apartheid educacional. Entrevista com Roberto Leher. *EPSJV/Fiocruz*, 30 jan. 2020. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/vouchers-vaio-gerar-um-apartheid-educacional> Acesso em: 8 maio 2024.
- MISES, Ludwig von. *Liberalismo*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- POWELL, Lewis Thornton. O Memorando Powell. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 4, n. 7, p. 361-379, jul./dez. 2016.
- SAAD FILHO, Alfredo. Neoliberalismo: uma análise marxista. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v. 3, n. 4, 2015, p. 58-72, jan./jun. 2015.
- SCHIAVON, Carolina Rieger Massetti; BRAGHINI, Katya. Os irmãos Koch miram a América Latina. *Outras Palavras*, 24 ago. 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/os-irmaos-koch-miram-a-america-latina/#sdendnote11sym>. Acesso em: 11 abr. 2024.
- STRAUSS, Valerie. Netflix's Reed Hastings has a big idea: Kill elected school boards. *The Washington Post*, 14 mar. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/answer-sheet/wp/2014/03/14/netflixs-reed-hastings-has-a-big-idea-kill-elected-school-boards/>. Acesso em: 16 abr. 2024.
- PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- PERSSON, Jonas. ALEC Admits School Vouchers Are for Kids in Suburbia. *PRWatch*, 22 jul. 2015. Disponível em: <https://www.prwatch.org/news/2015/07/12869/alec-school-vouchers-are-kids-suburbia>. Acesso em: 9 abr. 2024.
- SOLCHANY, Jean. Chapitre 13. De Lima à Pretoria: le meilleur des (tiers) mondes néolibéraux. In: SOLCHANY, Jean. *Wilhelm Röpke, l'autre Hayek*. Aux origines du néolibéralisme. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015. <https://doi.org/10.4000/books.psorbonne.41491>.

SOUZA, Angelita Matos. Novíssima Dependência, Decolonialidade e Desconexão. Coloquio Internacional De Geocrítica, 15., Barcelona, Espanha, 2018, *Anais...* Barcelona, Espanha: Universidade de Barcelona, 2018

